

UMA QUESTÃO PATRIMONIAL: PROBLEMAS DE ORGANIZAÇÃO, CONCEITUALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE MUSEUS ESTADUAIS NO RIO GRANDE DO SUL

Éder da Silva Silveira*

Resumo

Além de estar refletindo sobre alguns conceitos importantes como museu e patrimônio, este texto pretende cumprir um duplo objetivo: apresentar e analisar alguns problemas vinculados ao gerenciamento de instituições museológicas estaduais no Rio Grande do Sul. Parte-se da observação da estrutura e funcionamento de cinco museus históricos do estado que, por motivos especiais, terão seus nomes preservados neste artigo. A observação foi realizada durante o segundo semestre de 2007 e permitiu listar dez problemas comuns às instituições pesquisadas.

Palavras-chave: Museologia. Administração. Patrimônio cultural.

Abstract

Besides deliberating on important concepts such as museum and assets, this text aims at two goals: presenting and analyzing some management problems of State Museums in Rio Grande do Sul. It sets about structure observation and operation observation of five historical museums in Rio Grande do Sul, which for special reasons will have their names guarded in this paper. The observation was taken during 2007 second semester and it resulted in listing ten common problems in the researched institutions.

Keywords: Museology. Management. Cultural assets.

Title: A question patrimonial: problems of organization, conceptualization museums and management of state in Rio Grande do Sul.

* Docente do Curso de História da Ulbra Campus São Jerônimo, mestrando em educação pela Pucrs, Esp. em Metodologia do Ensino de História e Geografia e Lic. Em História. Endereço eletrônico: dersilveira@yahoo.com.br.

Introdução

O presente texto tem por objetivo, além de realizar uma reflexão sobre conceitos importantes como museu e patrimônio, apresentar e analisar alguns problemas vinculados ao gerenciamento de instituições museológicas estaduais no Rio Grande do Sul. Parte-se da observação da estrutura e funcionamento de cinco museus históricos do estado que, por motivos especiais, terão seus nomes preservados neste artigo. A observação foi realizada durante o segundo semestre de 2007 e permitiu listar dez problemas comuns às instituições pesquisadas.

Entre os problemas apresentados e discutidos no texto estão: a falta de qualificação no quadro de funcionários – a começar pelo cargo de diretor, que no estado é um cargo político; inexistência de verbas específicas para as instituições museológicas e falta de autonomia para criar e gerenciar receitas; não atualização do trabalho museográfico; desvinculação dos museus com a prática de pesquisa; metodologias inadequadas para montar exposições; ausência de uma política de aquisição e revitalização dos acervos; precária comunicação museológica; monitoramento inadequado à visitação; ausência de ações educativas, especialmente no campo da Educação Patrimonial; uso inadequado do espaço museológico pelas comunidades.

O mapeamento dos problemas relativos à estrutura e funcionamento dos cinco museus indicou que não está havendo um gerenciamento adequado que contribua para que os museus possam ser, na prática, agentes de mudança social e desenvolvimento.

Patrimônio cultural e museu histórico

A palavra patrimônio é proveniente dos vocábulos "pater" e "nomos". "Pater" significa, etimologicamente, o chefe de família e, em sentido amplo, os nossos antepassados ou a nossa própria família.

"Nomos", do grego, significa lei, usos e costumes. Estes termos estão relacionados à origem, tanto de uma família quanto de uma cidade. Portanto, a palavra patrimônio vincula-se aos bens, ou heranças que nos deixaram, de ordem material ou imaterial. Assim, o conceito de patrimônio está ligado permanentemente com as origens, com a memória e identidade de uma comunidade ou sociedade.

Além disso, ao falarmos "patrimônio", em geral, nos referimos a uma parte apenas dos bens culturais, o patrimônio histórico-arquitetônico. Essa noção foi abarcada por outra, mais ampla, a de Patrimônio Cultural, que envolve ainda a de patrimônio ambiental, uma vez que hoje concebemos o ambiente como um produto da ação dos homens, portanto, da cultura. (FUNARI e PINSKY, 2003, p.16)

Neste sentido, a concepção de patrimônio cultural torna-se mais abrangente por relacionar-se com um conceito pluridimensional da palavra cultura, reconhecendo os bens ambientais e os culturais tangíveis e intangíveis¹.

Já a palavra "museu", é de conhecimento geral que se originou na Antigüidade Clássica. "Mouseion" era a denominação do templo das musas, filhas de Zeus com Mnemosine (divindade da memória), relacionadas a diversos ramos das artes e das ciências. Mesmo estando ligado à arte, ciência e memória, como na Grécia antiga, atualmente, o museu é definido como um espaço institucionalizado ou não, onde se desenvolve a relação específica do homem/sujeito com o objeto/bem cultural².

Muitas vezes, alguns objetos presentes no museu se diferenciam de seus iguais devido ao fato de terem participado de eventos ou fatos históricos. Passam a ter uma sacralização, pois de alguma forma evocam

¹ Carlos Lemos (2006, p.8-10) salienta que, através do professor francês Hugues de Varine-Boham, conseguiu-se encarar a problemática do Patrimônio Cultural de modo bastante abrangente. Sugere o professor Boham, que o Patrimônio Cultural seja dividido em três grandes categorias: os pertencentes à natureza (meio ambiente); os pertencentes ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer: compreende toda a capacidade de sobrevivência do homem no seu meio ambiente (elementos não tangíveis); e os bens culturais (englobam todos os objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer).

² De acordo com o Caderno de Diretrizes Museológicas (2006).

a memória e a identidade de uma coletividade. Quando isso acontece com a maior parte do acervo da instituição, ali temos um museu histórico, ou seja, um museu onde há uma vinculação temática ou biográfica do objeto com um fato ou personagem histórico.

Ora, se um museu histórico é um local de vinculação temática entre sujeito e objeto (MENESES, 1992) e, também, um espaço de evocação de memória e identidade, logo, pode ser analisado como uma questão de patrimônio cultural. De acordo com Funari e Pinsky (2006), a construção do patrimônio cultural depende das representações que cada sociedade produz a respeito do quê, para quem e por que preservar. Isso traz-nos a idéia de que os significados atribuídos aos patrimônios, ou aos bens que os compõe em um museu histórico, podem sofrer transformações no curso da história. Essas concepções que os indivíduos produzem acerca do patrimônio cultural que está no e que compõe o museu, ajudam a compreender o seu gerenciamento e a pensar nas suas relações com a comunidade.

Nesse sentido, as perguntas iniciais da investigação foram: como estão funcionando as instituições museológicas de nosso estado? Que significados ou concepções os indivíduos podem dar ao patrimônio cultural que está nos museus históricos estaduais observados, a partir da sua estrutura e funcionamento? Iniciarei respondendo a primeira pergunta, a partir da apresentação de um panorama geral das instituições museológicas estaduais observadas e seus principais problemas. No espaço da conclusão, encontraremos uma reflexão alusiva à segunda questão norteadora da pesquisa.

Os dez principais problemas dos museus estaduais

a) Falta de profissionais qualificados

O cargo de diretor(a) de Museu é político e de "confiança". Isso significa que o partido político que ficar responsável, pela SEDAC – Secretaria Estadual de Educação e Cultura, é que vai admitir os diretores

das instituições museológicas do estado. Uma vez definido quem ficará com a Secretaria, representantes do mesmo partido começam a se mobilizar dentro de seus municípios para ver quem ficará com a direção do Museu Estadual.

Algumas vezes, os municípios onde estão os museus estaduais não têm museólogos ou historiadores que possam assumir o cargo. Geralmente a indicação recai sobre uma pessoa, independente da formação, apenas para “pagar alguma promessa de campanha”. São raras as exceções em que a SEDAC interfere na escolha, privilegiando a formação adequada.

A rigor, os espaços museológicos no estado ficam à mercê desses cargos de confiança. Quando os diretores dos museus, que não recebem nenhum treinamento ou preparação preliminar à posse, conseguem entender e se interar de toda a estrutura e diretrizes para um bom funcionamento da instituição, já está na hora de abandonar a casa devido ao término do mandato do partido. Esse é um dos problemas mais sérios na estrutura museológica do estado, principalmente em municípios do interior que abrigam museus estaduais.

Há diretores que buscam assessoria³, o que minimiza o problema, porém, outros, não têm esta visão e pouco acrescentam à instituição. Escolhida a pessoa que assumirá a direção do museu, esta contará com funcionários do mesmo partido para auxiliá-la, seja através de contratos de cargo de confiança, seja com contratos de estágios, todos devidamente legalizados e assinados pela SEDAC.

Assim, o espaço museológico estadual vai se organizando em feudos, onde o senhor feudal é o mesmo em cada castelo: o partido. É importante salientar que existem algumas exceções. Estas, quando ocorrem, geralmente são em museus importantes de grandes cidades, onde a qualificação do profissional falará mais alto no momento da

³ O Rio Grande do Sul criou, em 1991, através da SEDAC, o SEM – Sistema Estadual de Museus. O SEM foi criado a fim de sistematizar e implementar políticas de integração e incentivo aos museus de todo o estado, que encontra-se dividido em sete regiões museológicas. Para maiores informações visite o site: www.sistemademuseus.rs.gov.br

escolha. No entanto, no interior, a situação é mais difícil. Não raros são os casos em que o pretendente a um cargo deve, como requisito, filiar-se ao partido.

Das cinco instituições observadas, nenhuma tinha na direção uma pessoa com qualificação adequada nem experiência com trabalhos no campo da cultura. Enfim, a estrutura que o próprio estado oferece para preencher os cargos a partir da SEDAC, compromete o desempenho e sucesso dos museus, bem como desencadeia uma série de outros problemas no campo da cultura, já tão deficitária.

b) Gerenciamento Financeiro

Este é outro grave problema das instituições. Atualmente o diretor não tem autonomia para criar receita ou gerenciar financeiramente o museu. Periodicamente a SEDAC manda material para manutenção básica, sendo que os museus não recebem verbas para administrarem suas próprias necessidades (diferentemente das escolas estaduais, por exemplo).

Resta, para os museus estaduais, três alternativas. A primeira é estabelecer parcerias com a prefeitura e comércio local. Em troca a instituição divulga o nome de seus colaboradores e ainda “empresta” o espaço museológico para festas e outros eventos de entretenimento, lazer e, poucas vezes, de cultura. Alternativa perigosa na medida em que os museus podem se resumir a espaços de realização de eventos municipais, descaracterizando o espaço museológico das instituições.

A segunda alternativa é a criação de uma Associação de Amigos do Museu. Trata-se de representantes da comunidade local que se constituem juridicamente na forma de Associação de Amigos. Através de Leis de Incentivo à Cultura, essas associações devem atuar dando aporte às instituições museológicas, apoiando projetos em diversas categorias. As associações, com os projetos devidamente orçados e aprovados pela SEDAC, passam a captar recursos provenientes da renúncia fiscal de

Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e Imposto sobre Serviços (ISS). É a Associação que poderá, também, estar criando promoções junto à comunidade para criar receitas para administração urgente dos museus em diversas questões.

Nas instituições observadas o problema das Associações não teve as mesmas características. Dos cinco museus, dois não tinham Associação de Amigos há mais de 8 anos! O motivo: as duas associações estavam respondendo processo judicial, devido a irregularidades, como a utilização pessoal do dinheiro arrecadado para os museus. Em um dos casos, o último presidente da Associação usou o dinheiro arrecadado para o museu e sumiu do município.

Outros dois museus tinham associações pouco atuantes. Apenas em uma instituição havia uma associação que fazia reuniões mensais e que discutia algumas idéias. Como os membros da associação atuam de maneira voluntária, pois a mesma não deve ter fins lucrativos, a realidade acaba por colaborar para tais situações.

Uma terceira alternativa são os produtores culturais da SEDAC. Trata-se de pessoas que têm um registro de produtor cultural e que elaboram e assinam projetos dos museus. Estes atuam, na maioria das vezes, como responsáveis dos projetos com custos orçados à SEDAC e, geralmente, fazem a captação de recursos juntamente com os museus. O cachê do produtor cultural já é incorporado no orçamento do projeto e é pago após a captação de recursos, conforme a planilha de custos. Na maioria dos casos, terminando o projeto, termina a relação do produtor com a instituição. E esta, mais uma vez, fica desamparada.

c) Atualização do trabalho museográfico

Não havia, em nenhuma das instituições pesquisadas, uma política museográfica em vigor. O desenvolvimento do trabalho museográfico pressupõe uma diversidade de ações necessárias para o funcionamento de todas as atividades do museu.

Os princípios básicos da museografia⁴, não eram sequer conhecidos pelas instituições observadas. Quatro dos cinco diretores entrevistados perguntaram: “não sei do que se trata, o que faz mesmo a museografia?”

d) Desvinculação com a pesquisa

A pesquisa no museu se relaciona com todas as atividades da instituição. No entanto, ao perguntar aos diretores das instituições observadas quais as pesquisas que vinham sendo desenvolvidas, percebeu-se que não havia prática de investigação, tão pouco a consciência de para quê pesquisar.

Certa vez, enquanto estagiário de um dos museus observados, há uns cinco anos, a diretora da instituição mandou-me encaixotar todos os livros “velhos” que haviam em uma estante, dizendo que iria doar para alguma biblioteca em Porto Alegre. Questionei o motivo e ela respondeu que museu não era lugar de pesquisa! Infelizmente, diversos livros, muitos escritos em alemão, que faziam parte de um acervo particular da região, e que haviam sido doados àquela instituição por se relacionarem com a história do local onde hoje está o museu, saíram de seu habitat por que a diretora pensou que museu não era lugar de pesquisa. Ora, “a pesquisa sobre o acervo, buscando revitalizar o museu, requer a formação de biblioteca especializada, visando atender prioritariamente às consultas dos pesquisadores da instituição” (FLORES, 1991, p. 139-140) ou aqueles que a procurem.

e) Ausência de metodologia adequada para montagem das exposições

⁴ De acordo com Fausto Santos (2000), a aquisição, o registro, a catalogação (incluindo processamento técnico e fotográfico), inventário, indexação, marcação e pesquisa do acervo são os princípios básicos da museografia – campo do conhecimento responsável pela execução e registro escrito de qualquer projeto museológico.

Neste item, todos os museus observados apresentaram problemas. Qualquer metodologia para montar uma exposição deve estar fundamentada na constituição de seu discurso expositivo. Isto significa pensar: o que os objetos que estou expondo dessa maneira, ou distribuindo dessa forma, estão comunicando ao público? O que se pretende comunicar? Qual a temática da exposição? Todos os objetos que estão expostos fazem parte do mesmo discurso expositivo? Têm um porquê de estar fazendo parte daquela exposição?

Enfim, perguntas devem ser feitas antes de se abrir as portas do museu ao público. O que mais se percebeu nas instituições observadas foi a presença de vários objetos que não tinham relação entre si em determinadas salas ou exposições. Não faziam parte de um mesmo discurso expositivo. Quando isso acontece, é preferível que tais objetos sejam levados para a reserva técnica ou que posam fazer parte de outro setor da exposição que realmente configure uma comunicação museológica coerente para com a comunidade.

f) Política de aquisição de acervo

A aquisição de acervo traz renovação; a renovação colabora com a revitalização; a revitalização traz maior integração com a comunidade. Nenhum dos museus observados realizou alguma política de aquisição de acervo nos últimos cinco anos. O que se percebeu em alguns casos, foi o desaparecimento ou “descarte” de peças dos museus sem justificativa plausível ou metodologia adequada, principalmente nos momentos de mudança de direção.

g) Comunicação museológica inadequada

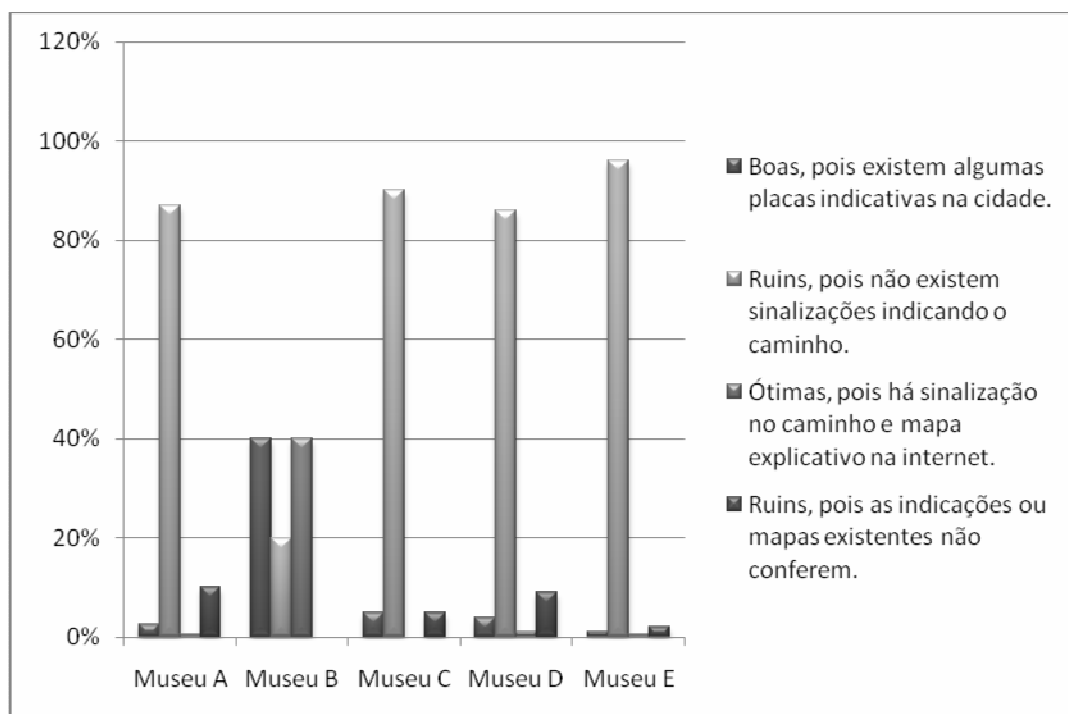
Para pensar a comunicação museológica é necessário lembrar que comunicar é informar; tornar comum a todos alguma coisa; é difundir; é transmitir; é relacionamento. Logo, falar em comunicação museológica, é

pensar em todos os elementos que tenham função comunicativa na instituição, uma vez que o museu está sempre comunicando algo à comunidade, e aos visitantes em geral, a partir da sua estrutura, funcionamento e gerenciamento.

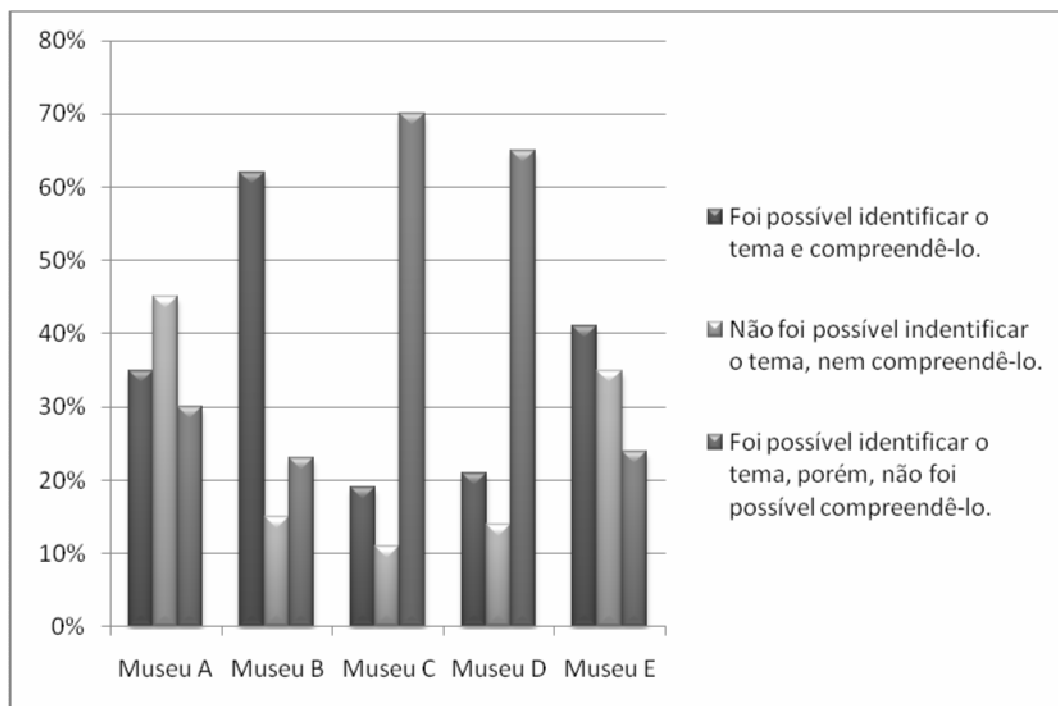
Sinalização, prédio, acervo, funcionários, folhetos, folders, catálogos, mídias, imprensa, e exposições, são exemplos de elementos de comunicação museológica. Como ter uma comunicação museológica pertinente, com coerência e qualidade, com o que já fora identificado nos seis itens anteriores?

Em cada uma das cinco instituições observadas, foram entrevistados quarenta e cinco visitantes, os quais responderam um questionário sobre Comunicação Museológica. A seguir, apresento alguns dados tabulados para melhor compreensão. A tubulação será apresentada por instituição observada, as quais serão identificadas por uma letra do alfabeto.

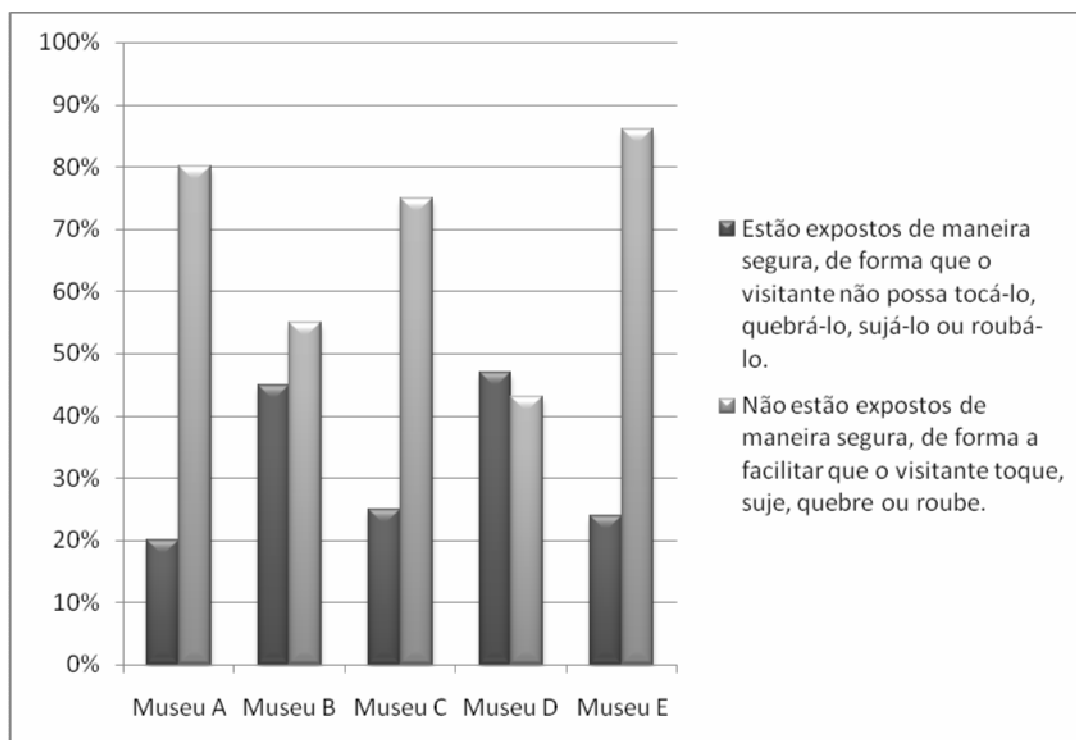
Pergunta: Como você avalia as condições para chegar ao museu?



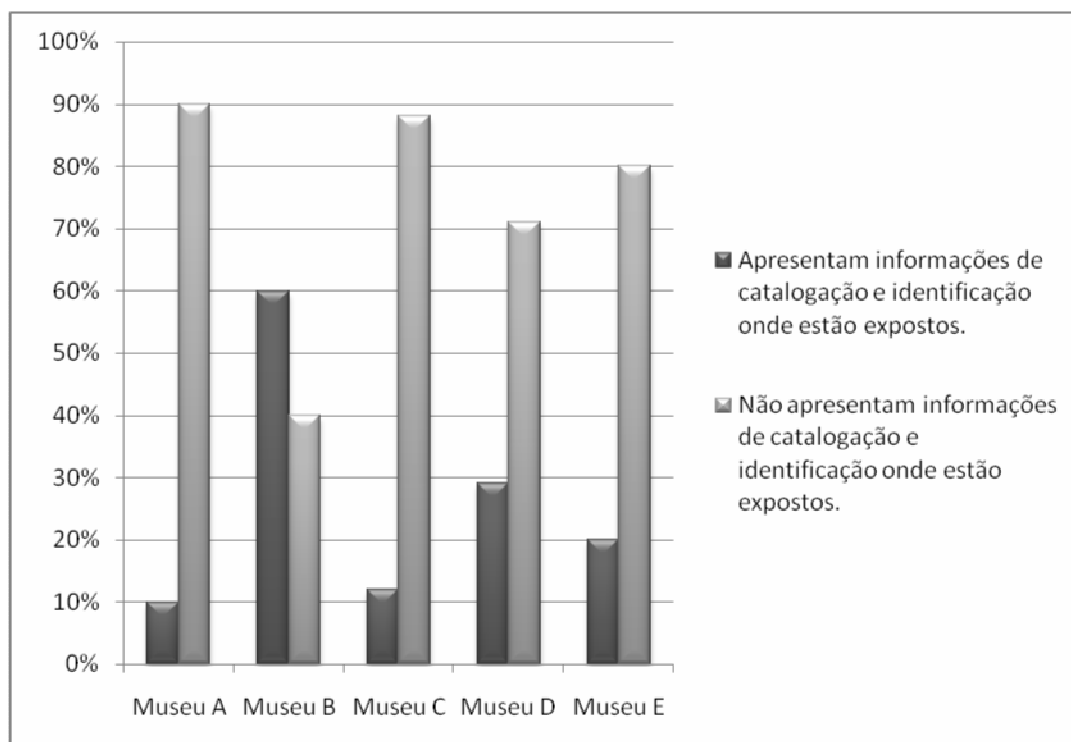
Pergunta: Sobre o tema das exposições do museu...



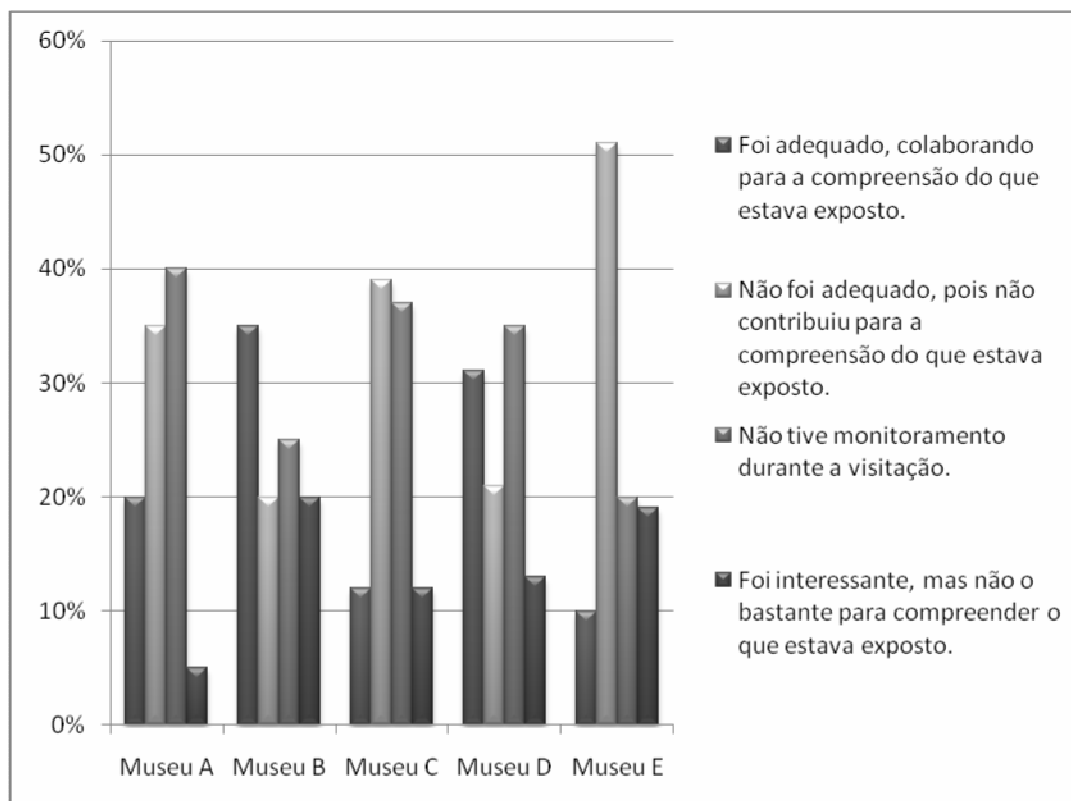
Pergunta: Sobre os objetos expostos I:



Pergunta: Sobre os objetos expostos II:



Pergunta: Sobre o monitoramento na visita



Percebe-se nos gráficos expostos o quão deficiente está o processo de comunicação museológica. O número de visitantes sem monitoramento foi alarmante. Mas, o mais deprimente nesses dados é perceber o número de pessoas que vão ao museu e saem sem entender ou compreender o que nele encontraram.

Como já vimos, a estrutura do corpo de funcionários dos museus estaduais está atrelada primeiramente a um partido político e, em segundo ou terceiro plano, à qualificação. O número de pessoas desqualificadas e o péssimo gerenciamento de algumas questões do cotidiano colaboram para que os visitantes saiam descontentes ou para que não retornem à instituição depois da primeira visita.

Referente aos dados apresentados sobre o acervo, não podemos deixar de relacionar os índices obtidos com a falta de pesquisa nas instituições. A pesquisa no museu torna-se fundamental tanto para o registro da história do objeto, como para a compreensão de uma sociedade específica referente ao seu tempo-histórico e, ainda, oferece as bases para um bom monitoramento das visitas.

h) Monitoramento das visitas

O monitoramento é um dos principais cartões de visitas dos museus. De acordo com os dados apresentados nos gráficos, apenas o Museu B apresentou melhores índices de satisfação do público. Observando os gráficos, veremos que este museu foi o que apresentou melhores índices em outros elementos de comunicação museológica, em comparação com os demais museus observados. Logo, um bom gerenciamento dos elementos que têm função comunicativa no museu garante uma maior satisfação do público visitante.

Portanto, o monitoramento deve ter uma preocupação especial por parte das instituições. Deve ser realizado com qualidade, especialmente por um funcionário que fale bem com o público, e siga um método de monitoramento do início ao fim da visita. É importante que o visitante que

procure a instituição individualmente possa ter o direito de ser, também, monitorado. A instituição, por sua vez, deve oferecer monitoramento sempre. O não monitoramento deve ser uma opção do visitante e não da instituição. Ele deve ser pensado desde a recepção, até a despedida do visitante nas dependências do museu, respeitando, obviamente, o desejo e os objetivos de quem chega à instituição.

i) Ausência de projetos que trabalhem Educação Patrimonial

De acordo com Chagas (1998), o museu é um espaço de relações. É com base nas relações possíveis entre os seres humanos, mediadas por um discurso que articula os bens culturais (produzidos, conservados e transformados pelos homens), que o museu pode ser concebido não apenas como um espaço que comunica algo, mas, também, um campo de educação.

O pensamento de Chagas pode ser analisado a partir do patrimônio em geral. De acordo com Cabral (2003, s.p.), "se aceitamos que o patrimônio é terreno em construção, fruto de eleição e campo de combate, podemos afirmar que o patrimônio pode ser concebido como meio de comunicação e campo de educação".

Educação Patrimonial não se resume na aproximação de escola e museu. Mas, sim, é pensar na "museologia como uma pedagogia para o patrimônio"⁵. Apenas dessa maneira, o objeto exposto no museu será ferramenta e chave de compreensão e problematização de fatos e realidades sócio-históricas.

Mais uma vez, nesse item, sentimos a falta de pesquisa nas instituições pesquisadas, uma vez que não apresentaram compreensão nem dimensão do termo "Educação Patrimonial". Assim, partilho da idéia de Maria Célia Santos (2000), quando defende que é preciso criar estratégias museais e patrimoniais, pensando em diversas formas de

⁵ Título de um artigo de Maria Cristina Oliveira Bruno (BRUNO, 2002).

musealização para que se tenha nos museus espaços e possibilidades de construção e formação de conhecimento.

j) Descaracterização do espaço museológico

A descaracterização do espaço museológico pode ocorrer a partir de vários fatores, como por exemplo, os problemas citados anteriormente. Entretanto, também existe um que não fora citado: a agressão ao patrimônio ambiental do museu.

Certo dia, ao chegar em um dos museus observados, percebi que todas as árvores do pátio haviam sido cortadas. Muitas eram frutíferas e não restou uma folha. Os caules estavam pintados de cal e, o pátio, devidamente limpo. Tratava-se do "Museu E". Ao conversar com a direção, ouvi: "museu não é lugar de árvore frutífera; isso atrai ladrões" (sem comentários, não é mesmo!).

Há museus que, pela "parceria" com os municípios, viram palco de atrações como shows, MotoCross e, inclusive, "tiro de laço"! Nesse quesito, o "Museu E" também se destacou. Num espaço museológico composto por ruínas que têm suas estruturas bastante comprometidas, eventos como MotoCross em nível estadual já está virando tradição.

Concluindo

O panorama geral apresentado mostrou problemas relativos à estrutura e funcionamento de cinco museus observados e possibilitou pensar a estrutura e gerenciamento dos museus estaduais no Rio Grande do Sul. Todos os dez problemas apontados estão interligados e, sem exceção, relacionados com a forma pela qual o poder público nomeia e contrata os funcionários das instituições museológicas. Além disso, o diagnóstico da estrutura e funcionamento das instituições museológicas observadas permite afirmar que os dez problemas, em seu conjunto,

afastam os museus da perspectiva de agentes de mudança e desenvolvimento local e regional.

Esse trabalho não teve a pretensão de qualificar ou rotular a Estrutura Museológica de todo o estado do Rio Grande do Sul, de maneira generalista. Mas, a partir de um estudo de caso limitado a cinco museus estaduais diferentes, foi possível refletir sobre aquilo que se configura como "macro" e "micro" dentro da conjuntura museológica do estado na atualidade.

O mapeamento dos problemas relativos à estrutura e funcionamento dos cinco museus indicou que não está havendo um gerenciamento adequado que contribua para a construção positiva, por parte dos visitantes ou comunidades em torno dos museus, sobre o patrimônio cultural presente nas instituições.

É preciso uma maior intervenção da SEDAC no sentido de criar novas políticas de administração e avaliação do trabalho que vem sendo realizado nas instituições museológicas do estado, despertando em museus e comunidades em geral, um sentido de valorização e preservação do patrimônio cultural presente nessas instituições.

A cultura desempenha um importante papel na promoção de transformações de grupos sociais, coerente com suas trajetórias. O museu, enquanto um espaço de comunicação e um campo de educação têm suas responsabilidades, juntamente com o Estado, para atingir e desenvolver criticamente suas funções sociais. Que estado e instituições assumam suas responsabilidades e criem caminhos para qualificar o trabalho museológico, estimulando e viabilizando a comunicação com a comunidade, de forma que os museus possam ser, na prática, agentes de mudança social e desenvolvimento.

Referências

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A museologia como uma pedagogia para o patrimônio. **Ciências e Letras**, FAPA, Porto Alegre, n.31, jan-jun 2002, p. 87-97.

CABRAL, Magaly. **Comunicação, educação e patrimônio cultural**. Arroio dos Ratos, s.d. Palestra proferida no Museu Estadual do Carvão no ano de 2003. Acervo do Museu Estadual do Carvão, Arroio dos Ratos-RS, 2007.

CHAGAS, Mário de Souza. O Museu Casa como Problema: comunicação e educação em processo. **Anais**. II Seminário sobre Museus Casas – Comunicação e Educação, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1998, p. 177-199.

FLORES, Moacyr. A pesquisa e a exposição nos museus. **Veritas**, Porto Alegre, v.36, nº 141, março 1991, p.137-140.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Como explorar um museu histórico**. São Paulo: Museu Paulista/Usp, 1992.

MINISTÉRIO DA CULTURA, IPHAN. **Caderno de diretrizes museológicas**. 2ª ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006.

SANTOS, Fausto Henrique dos. **Metodologia aplicada em museus**. São Paulo: Mackenzie, 2000.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. Estratégias museais e patrimoniais contribuindo para a qualidade de vida dos cidadãos: diversas formas de musealização. **Ciências e Letras**, FAPA, Porto Alegre, n.27, jan-jun 2000, p. 103-120.